

Desapropriação da terra cause confronto na Sistematização

BRASÍLIA — O primeiro artigo do projeto de Constituição a tocar na reforma agrária recebeu 29 pedidos de destaque, iniciando o confronto entre os parlamentares que querem enfatizar a função social da propriedade e os que, como o senador Roberto Campos (PDS-MT), propõem que a questão da terra sequer conste do texto constitucional.

O artigo 5º, parágrafo 35, diz: "A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. O exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente". Acrescenta que lei ordinária deverá estabelecer o procedimento para desapropriação por necessidade pública ou interesse social, mediante "justa indenização".

Divisão — "Do jeito que está, esse artigo não passa", avisou no início da sessão o deputado Délio Brás (PMDB-GO), rico proprietário de terras. Seu pedido de destaque era para acrescentar a palavra "prévia" à justa indenização. Ele argumentava que a Constituição deve evitar que o desapropriado seja despojado de todos os seus bens, ficando sem alternativa para adquirir outro meio de subsistência. Com Délio Brás, perfilaram-se o senador José Richa (PMDB-PR) e os deputados José Lins (PFL-CE),

Darcy Pozza (PDS-RS), Rosa Prata (PMDB-MG) e Sandra Cavalcante (PFL-RJ).

Contra, ficaram os representantes do MUP (Movimento de Unidade Progressista) PT, PCB e PC do B. O presidente do PT, deputado Luís Inácio da Silva, Lula, apresentou emenda propondo que os critérios para a indenização por desapropriação levassem em conta o não uso, o uso meramente especulativo, a média de produtividade e a significação econômica do patrimônio. O deputado Olívio Dutra (PT-RS) apresentou outro pedido de destaque para que "o exercício do direito de propriedade se subordine aos interesses da sociedade".

Mas quem passou a brigar desde cedo em plenário, em busca de adeptos para sua emenda, foi o deputado Rosa Prata, que propunha uma alteração no parágrafo referente à desapropriação. Ele queria que o novo projeto de Constituição trouxesse um dispositivo estabelecendo que "o imóvel rural produtivo, na forma da lei, é insusceptível de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária". Mas a falta de entendimento parecia indicar que o texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral seria mantido, adiando-se o confronto para o plenário da Constituinte. "Só Deus sabe como vai terminar isso", disse Cabral.

Agricultores gaúchos partem para Brasília

PORTO ALEGRE — Uma caravana de 400 agricultores sem terra, minifundiários e líderes sindicais dos trabalhadores rurais gaúchos, viaja hoje para Brasília, a fim de participar da mobilização nacional de agricultores, cujo objetivo é levar os constituintes a aprovarem a emenda popular sobre a reforma agrária. Segundo previsão do movimento dos sem-terra, cerca de oito mil agricultores de todo o Brasil deverão concentrar-se em frente ao Congresso Nacional, na próxima semana, quando a emenda será apreciada.

Os dez ônibus que levarão os trabalhadores saem hoje à tarde de Frederico Westphalen, a 446 quilômetros de Porto Alegre. Antes, haverá uma missa e um ato político na praça principal da cidade. Os colonos programaram, para Brasília, manifestações em frente à embaixada americana, aos ministérios da Agricultura e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e ao Tribunal Federal de Recursos, onde, segundo Darci Maschio, da Executiva Regional dos Sem-Terra, "160 processos de desapropriação estão engavetados".

Plano — Maschio ressaltou que a aprovação da emenda popular sobre a reforma agrária renova as esperanças do movimento dos sem-terra, "uma vez que os agricultores não têm uma expectativa favorável em relação ao plano nacional de reforma agrária".